

J. U. Jacoby Fernandes

TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

Jurisdição e Competência

- A função de controle
- Jurisdição dos Tribunais de Contas
- Competência dos Tribunais de Contas
- Defesa nos Tribunais de Contas
- Estrutura e composição dos Tribunais de Contas

3ª edição revista, atualizada e ampliada

Belo Horizonte



2012

© 2005 – 2ª edição Editora Fórum; tiragem: 2.000 exemplares.
2012 – 3ª edição Editora Fórum; tiragem: 1.000 exemplares.
2013 – 3ª edição Editora Fórum; 1ª reimpressão: 500 exemplares.

Gerência Editorial: Mailson Veloso Sousa
Revisão textual: Bruno Alves Neves, Thayane Batista Lustosa e
Daniela de Souto Inocêncio
Revisão final: Vinícius da Silva Paiva

Capa: Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes
Interferência na capa e produção gráfica: Walter Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J17t	Jacoby Fernandes, J. U. Tribunais de Contas do Brasil: jurisdição e competência. / Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 3. ed. rev. atual. e ampl. 1. reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2013. 1.004 p. ISBN 978-85-7700-070-8 (Coleção) ISBN 978-85-7700-544-4 1. Brasil - Tribunal de Contas da União. 2. Tribunal de contas - competência - Brasil. 3. Tribunal de contas - Brasil. 4. Prestação de contas - Julgamento - Brasil. 5. Tribunal de contas - História - Brasil. 6. Tribunal de contas - Atividades - Brasil. 7. Tribunal de contas - Poderes e atribuições - Brasil. 8. Função jurisdicional - Brasil. I. Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. II. Título. CDD: 342.9
------	--

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. *Tribunais de Contas do Brasil: jurisdição e competência*. 3. ed. rev. atual. e ampl. 1. reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2013. 1.004 p. ISBN 978-85-7700-544-4.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do editor.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	25
APRESENTAÇÃO	31
CAPÍTULO I - A FUNÇÃO DE CONTROLE	33
1.1. natureza	33
1.2. evolução do termo controle	36
1.3. generalização do controle.....	38
1.4. controle como direito fundamental	40
1.5. princípios específicos do controle.....	42
1.5.1. princípio da <i>segregação das funções</i>	44
1.5.2. princípio da <i>independência técnico-funcional</i>	45
1.5.3. princípio da <i>relação custo/benefício</i>	47
1.5.3.1. economicidade do controle.....	47
1.5.3.2. economicidade e legalidade	49
1.5.4. princípio da <i>qualificação adequada</i>	50
1.5.5. princípio da <i>aderência a diretrizes e normas</i>	51
1.6. tipos de controle.....	57
1.6.1. <i>legalidade</i>	58
1.6.2. <i>legitimidade</i>	59
1.6.3. <i>economicidade</i>	60
1.7. sistemas de controle	61
1.7.1. <i>controle social</i>	61
1.7.2. <i>controle interno e controle externo</i>	63
1.7.2.1. relações entre o controle interno e controle externo	65
1.7.2.2. controle interno – conceito	67
1.7.2.2.1. amplitude do controle interno	68
1.7.2.2.1.1. legalidade	68
1.7.2.2.1.1.1. convalidação	69
1.7.2.2.1.1.2. invalidação	74
1.7.2.2.1.2. eficiência	76
1.7.2.2.1.2.1. correções e alterações de atos e contratos.....	79
1.7.2.2.1.2.2. revogação.....	80

1.7.2.2.2. limites à ação do controle interno	81
1.7.2.2.2.1. limite temporal à revisibilidade de atos ilegais	82
1.7.2.2.2.1.1. análise do precedente do TCU e dos argumentos que o fundamentou.....	86
1.7.2.2.2.1.2. validade ou invalidade jurídica da recomendação do Tribunal de Contas que ordena ao administrador público alteração de ato alcançado pela decadência	87
1.7.2.2.2.1.3. a má-fê como fator impeditivo da decadência	89
1.7.2.2.2.1.4. entendimento do Poder Judiciário sobre o art. 54 da Lei nº 9.784/1999.....	91
1.7.2.2.2.1.5. conclusão	95
1.7.2.2.2.2. limite temporal sobre atos revogáveis	96
1.7.2.2.3. limite sobre o mérito do ato.....	97
1.7.2.2.4. atos complexos.....	102
1.7.2.2.5. atos vinculados	102
1.7.2.2.6. atos discricionários	103
1.7.2.2.7. apuração de responsabilidade	104
1.7.2.3. controle interno – unidade da administração.....	106
1.7.2.3.1. estruturação sistêmica	107
1.7.2.3.2. obrigatoriedade da instituição	108
1.7.2.3.3. funções constitucionais	109
1.7.2.3.3.1. avaliar o cumprimento de metas e programas	109
1.7.2.3.3.2. avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	113
1.7.2.3.3.3. controlar as operações de crédito, aval, garantia, direitos e haveres.....	114
1.7.2.3.3.4. apoiar o controle externo.....	115
1.7.2.3.3.4.1. exame prévio ao controle externo.....	115
1.7.2.3.3.4.2. orientação em conformidade com a jurisprudência dos Tribunais de Contas	117
1.7.2.3.3.4.3. comunicação de irregularidade	117
1.7.2.3.3.4.3. relação entre as funções do controle interno	119
1.7.2.3.3.4.4. princípios do controle interno.....	119
1.7.3. sistemas de controle externo	119
1.7.3.1. participação em atos compostos	124
1.7.3.2. controle financeiro	125
1.7.3.3. controle jurisdicional	127
1.7.3.3.1. julgamento das contas anuais do Presidente da República.....	128
1.7.3.3.2. julgamento das contas anuais do governador e do prefeito.....	130
1.7.3.3.3. intervenção	131
1.7.3.3.4. contas anuais dos três poderes	131
1.7.3.4. comissão parlamentar de inquérito	135
1.7.3.5. Tribunais de Contas ou controlador-geral	136

CAPÍTULO II - JURISDIÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	139
2.1. jurisdição - conceito	139
2.2. jurisdição - poder do Estado	142
2.3. jurisdição e coisa julgada	144
2.3.1. coisa julgada formal e material	145
2.3.2. crítica à visão unilateral do direito judiciário	146
2.3.3. coisa julgada e exercício da função jurisdicional	146
2.4. coisa julgada administrativa	146
2.5. limites à revisão judiciária dos atos administrativos em geral	147
2.6. atos judiciais e administrativos que podem ou não produzir coisa julgada	150
2.7. exercício da função jurisdicional fora do Poder Judiciário	151
2.8. teoria da separação das funções do Estado	155
2.9. posição institucional e natureza das funções dos Tribunais de Contas	162
2.10. exercício da função jurisdicional pelos Tribunais de Contas do Brasil	172
2.11. exercício da função jurisdicional pelos Tribunais de Contas no direito comparado	184
2.11.1. Corte de Contas francesa	186
2.11.2. Corte de Contas italiana	188
2.11.3. Corte de Contas belga	191
2.11.4. Corte de Contas portuguesa	191
2.12. eficácia de coisa julgada nas decisões dos Tribunais de Contas	192
2.13. defesa da jurisdição do Tribunal de Contas	198
2.13.1. o autor de uma ação busca inibir os efeitos de processo em tramitação no Tribunal de Contas, ainda não julgado definitivamente	198
2.13.2. o servidor responsabilizado busca desconstituir judicialmente a decisão do Tribunal de Contas... ..	199
2.13.3. o representante judicial da Administração ou da Fazenda Pública pretende executar decisão da Corte de Contas, arrimada em título executivo oriundo de julgamento de contas, opondo-se o réu sob a alegação de que o julgamento dos Tribunais de Contas não prevalece no Poder Judiciário	200
2.13.4. o representante judicial da administração ou da Fazenda Pública pretende executar decisão da Corte de Contas, arrimada em título executivo oriundo de julgamento de contas, opondo-se o réu apresentando embargos infringentes na execução	201
2.14. posições divergentes	205
2.14.1. o julgamento das contas, pelos Tribunais de Contas, tem natureza de laudo pericial	205

2.14.2. o julgamento do Tribunal de Contas é restrito à existência material do alcance e pode o Judiciário absolver o responsável alcançado, mas não pode negar a existência material de conta irregular.....	206
2.14.3. as decisões dos Tribunais de Contas podem ser classificadas como “coisa julgada administrativa”, tese defendida pelo estudioso Eduardo Lobo Botelho Gualazzi.....	209
2.14.4. as decisões dos Tribunais de Contas não constituem expressões da jurisdição porque não são executáveis pelas próprias Cortes.....	209
2.15. dos recursos judiciais.....	209
2.15.1. mandado de segurança.....	212
2.15.2. outras ações.....	217
2.16. das funções não jurisdicionais dos Tribunais de Contas.....	218
2.17. princípios da jurisdição aplicáveis aos Tribunais de Contas.....	220
2.17.1. princípio da motivação.....	220
2.17.2. princípio da lealdade processual.....	221
2.17.3. princípio do livre convencimento do julgador.....	225
2.17.3.1. indeferimento de provas.....	228
2.17.3.2. noções sobre provas.....	229
2.17.3.2.1. do ônus da prova em geral.....	230
2.17.3.2.2. do ônus da prova nos Tribunais de Contas.....	231
2.17.3.2.2.1. do ônus da prova na Tomada de Contas Especial.....	233
2.17.3.2.2.2. ônus da prova na tomada ou prestação de contas anual.....	234
2.17.3.2.2.3. noções sobre o objeto da prova e dispensa do ônus.....	235
2.17.3.2.2.3.1. fatos notórios.....	236
2.17.3.2.2.3.2. fatos afirmados por uma parte e confessados pela outra.....	239
2.17.3.2.2.3.3. fatos incontroversos.....	239
2.17.3.2.2.3.4. fato em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.....	240
2.17.3.2.2.3.5. fatos que devem ser provados (objeto da prova).....	241
2.17.3.3. dos meios de prova.....	244
2.17.3.3.1. do depoimento pessoal.....	246
2.17.3.3.2. da prova documental.....	248
2.17.3.3.2.1. da arguição de falsidade.....	249
2.17.3.3.2.2. do dever de exhibir documentos.....	250
2.17.3.3.2.3. dos documentos protegidos por sigilo bancário (Lei nº 4.595/1964).....	251
2.17.3.3.2.4. dos documentos dos comerciantes.....	253
2.17.3.3.3. da prova pericial.....	254
2.17.3.3.4. das diligências.....	258
2.17.3.3.5. das gravações.....	258

2.17.3.3.6.das provas ilícitas	260
2.17.3.3.7.das provas emprestadas	261
2.18. conclusões.....	262
CAPÍTULO III - COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	265
3.1. competência e atribuições.....	266
3.2. classificação da competência.....	269
3.2.1. <i>competência em razão da matéria</i>	270
3.2.1.1. ações judiciais	270
3.2.1.1.1. da prescrição.....	272
3.2.1.1.1.1. da relevação de prescrição	274
3.2.1.1.1.2. da omissão que causa a prescrição	274
3.2.1.1.1.3. da prescribibilidade e da imprescribibilidade	274
3.2.1.1.1.4. outros princípios aplicáveis.....	276
3.2.1.1.2. a administração na condição de réu	277
3.2.1.1.3. da responsabilidade civil da administração	278
3.2.1.1.4. controle sobre a atividade jurídica.....	280
3.2.1.1.5. controle pelo órgão representante	281
3.2.1.1.6. ineficácia do controle social.....	282
3.2.1.1.7. a participação do Magistrado e do Ministério Público	283
3.2.1.2. acordo extrajudicial.....	284
3.2.1.3. acordo judicial.....	287
3.2.1.4. ação regressiva.....	289
3.2.1.5. acordo coletivo de trabalho.....	291
3.2.1.6. admissão de pessoal.....	294
3.2.1.6.1. da competência dos Tribunais de Contas	296
3.2.1.6.2. decisões dos Tribunais de Contas sobre início de aplicação do concurso	296
3.2.1.6.3. da fundamentação das decisões	298
3.2.1.6.4. dos precedentes judiciais sobre a data da exigibilidade do concurso	300
3.2.1.6.5. da desnecessidade de instauração de TCE	303
3.2.1.6.6. registro de admissões.....	306
3.2.1.6.7. dos procedimentos de controle.....	307
3.2.1.6.8. dos exames de editais	307
3.2.1.6.9. das taxas de inscrição e direitos dos candidatos.....	308
3.2.1.6.10.direito de ser nomeado	311
3.2.1.6.11.acumulação de proventos e vencimentos	315

3.2.1.6.12. testes psicotécnicos.....	316
3.2.1.6.13. ônus dos exames pré-admissionais.....	317
3.2.1.6.14. exame laboratorial – anti-HIV.....	318
3.2.1.6.15. vagas reservadas a deficientes físicos.....	319
3.2.1.7. anistia.....	320
3.2.1.8. aposentadoria.....	321
3.2.1.8.1. considerações sobre a previdência geral.....	321
3.2.1.8.2. economicidade na apreciação.....	323
3.2.1.8.3. natureza jurídica de apreciação da legalidade.....	324
3.2.1.8.4. limites da competência.....	325
3.2.1.8.4.1. registro em moldes diferentes do que foi concedido.....	327
3.2.1.8.4.2. diligência adiando o exame da legalidade.....	328
3.2.1.8.4.2.1. sobre a recusa em acatar a suspensão dos pagamentos.....	330
3.2.1.8.5. aposentadoria com proventos a maior.....	331
3.2.1.8.6. restituição de vencimento e proventos.....	333
3.2.1.8.7. aposentadoria com proventos a menor.....	335
3.2.1.8.8. casos especiais de aposentadoria.....	336
3.2.1.8.8.1. justificação judicial.....	336
3.2.1.8.8.2. serventuários de cartório.....	340
3.2.1.8.8.3. efeitos do julgamento pela inconstitucionalidade de proventos.....	341
3.2.1.8.8.4. servidor sem vínculo efetivo.....	342
3.2.1.8.9. revisão judicial das decisões.....	344
3.2.1.8.9.1. mandado de segurança – aposentadoria – autoridade coatora.....	345
3.2.1.8.9.2. ampla defesa e contraditório - mandado de segurança.....	347
3.2.1.8.10. revisão da aposentadoria registrada – limite à autotutela.....	348
3.2.1.8.11. revisão de ofício pelo Tribunal de Contas.....	350
3.2.1.8.12. exclusão de parcela e coisa julgada.....	352
3.2.1.8.12.1. interpretação de julgados e de jurisprudência.....	352
3.2.1.8.12.2. limite de remuneração e coisa julgada.....	359
3.2.1.8.12.3. outros aspectos dos proventos.....	360
3.2.1.9. atestados e certidões.....	361
3.2.1.10. auditoria contábil, financeira e orçamentária.....	365
3.2.1.11. auditoria operacional e inspeção.....	366
3.2.1.11.1. auditoria ambiental.....	370
3.2.1.12. auxílio ao Poder Legislativo.....	370
3.2.1.12.1. exame de normas em matéria de contas.....	371
3.2.1.12.2. apoio à comissão parlamentar de inquérito.....	372

3.2.1.12.3.operações de crédito e rolagem de dívida.....	373
3.2.1.13.bens públicos	375
3.2.1.14.constitucionalidade de lei	376
3.2.1.14.1.da apreciação de norma em tese.....	378
3.2.1.14.2.dos efeitos da apreciação.....	384
3.2.1.14.3.procedimentalização da apreciação.....	389
3.2.1.14.4.leis e retroatividade da despesa	390
3.2.1.14.5.controle de projetos de lei.....	392
3.2.1.15.consulta.....	393
3.2.1.15.1.requisitos da consulta.....	394
3.2.1.15.1.1.ser formulada por autoridade competente	394
3.2.1.15.1.2.versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas	395
3.2.1.15.1.3.dúvida na aplicação de normas	396
3.2.1.15.1.4.clareza na formulação da consulta	396
3.2.1.15.1.5.parecer técnico ou jurídico.....	396
3.2.1.15.2.efeitos da consulta	398
3.2.1.15.2.1.orientação	398
3.2.1.15.2.2.prejulgamento da tese.....	398
3.2.1.15.2.3.recurso contra consulta	399
3.2.1.16.contas anuais do Presidente da República	399
3.2.1.16.1.parecer e o devido processo legal	400
3.2.1.16.2.omissão na remessa das contas	404
3.2.1.16.2.1.protocolização de contas pelo omissio.....	405
3.2.1.16.2.2.omissão e contas irregulares.....	405
3.2.1.17.contas anuais das demais autoridades	406
3.2.1.17.1.histórico sobre a competência de julgar	407
3.2.1.17.2.nível de julgamento	410
3.2.1.17.3.julgamento de contas e do responsável.....	414
3.2.1.17.4.julgamento em conjunto ou separado	415
3.2.1.18.contas especiais.....	416
3.2.1.18.1.fundo partidário	421
3.2.1.18.2.incentivo à cultura.....	422
3.2.1.18.3.valor de alçada em Tomada de Contas Especial	422
3.2.1.18.4.medidas judiciais	422
3.2.1.19.demissão de empregados.....	424
3.2.1.20.denúncia	429
3.2.1.20.1.denúncia anônima.....	430

3.2.1.20.2.denúncia pela imprensa	432
3.2.1.21.divulgação de informações	433
3.2.1.22.execução da despesa	434
3.2.1.22.1.ordem de pagamento.....	435
3.2.1.22.2.classificação correta da despesa	436
3.2.1.22.3.multas contra a Administração Pública	437
3.2.1.22.4.execução de contratos	441
3.2.1.22.5.pagamento antecipado	441
3.2.1.23.execução das decisões	445
3.2.1.23.1.da eficácia de título executivo	449
3.2.1.23.2.título executivo extrajudicial autônomo.....	451
3.2.1.23.3.da liquidação do acórdão	452
3.2.1.23.3.1.quem deve ser inscrito como devedor	453
3.2.1.23.3.1.1. pessoa física ou jurídica	453
3.2.1.23.3.1.2. desconsideração da pessoa jurídica	454
3.2.1.23.3.1.3. solidariedade entre devedores	455
3.2.1.23.3.1.4. solidariedade afastada por acordo entre as partes	455
3.2.1.23.3.1.5. a divisão do débito.....	456
3.2.1.23.3.1.6. a solidariedade na condenação e inscrição	457
3.2.1.23.3.2.economicidade na execução.....	458
3.2.1.23.4.execução voluntária	459
3.2.1.23.4.1.pelo devedor	460
3.2.1.23.4.2.por terceiros	462
3.2.1.23.4.3.pelos sucessores.....	463
3.2.1.23.5.consignação em pagamento	463
3.2.1.23.6.pagamento com recursos do erário	465
3.2.1.23.7.parcelamento	467
3.2.1.23.8.execução e compensação de créditos	469
3.2.1.23.9.da execução forçada	470
3.2.1.23.9.1.desconto em salários.....	471
3.2.1.23.9.2.desconto nos vencimentos e proventos	474
3.2.1.23.9.2.1. regra geral - esfera federal	474
3.2.1.23.9.2.2. ato doloso - esfera federal	475
3.2.1.23.9.2.3. dispensa de reposição - esfera federal.....	476
3.2.1.23.9.2.4. Estados, Municípios e Distrito Federal.....	477
3.2.1.23.9.3.desconto em valores de pensão	478
3.2.1.23.9.3.1. decorrente de débito do servidor falecido	478
3.2.1.23.9.3.2. decorrente de débito do beneficiário.....	479

3.2.1.23.9.4. desconto de valores na demissão	479
3.2.1.23.9.5. da execução judicial do acórdão	480
3.2.1.23.9.5.1. competência para execução	481
3.2.1.23.9.5.2. das medidas cautelares	488
3.2.1.23.9.5.3. inscrição no CADIN	491
3.2.1.23.9.5.4. panorâmica sobre a eficácia	492
3.2.1.23.9.5.5. execução provisória ou definitiva	493
3.2.1.23.9.5.6. da exceção de pré-executividade	494
3.2.1.24. inelegibilidade e contas públicas	495
3.2.1.24.1. irregularidade insanável	496
3.2.1.24.2. contas rejeitadas por decisão irrecorrível	500
3.2.1.24.2.1. questão <i>sub judice</i>	501
3.2.1.24.3. contas de quem não é agente público	502
3.2.1.24.4. compulsoriedade da comunicação	504
3.2.1.25. medidas cautelares de controle	505
3.2.1.25.1. afastamento temporário de dirigentes	505
3.2.1.25.2. arresto e indisponibilidade de bens	508
3.2.1.25.3. sustação de atos	509
3.2.1.25.4. ato administrativo de alerta	510
3.2.1.25.4.1. ato cautelar	512
3.2.1.25.4.2. a definição de responsabilidade	513
3.2.1.25.4.2.1. atenuante da responsabilidade	515
3.2.1.25.4.2.2. morfologia	517
3.2.1.26. penalidades aplicáveis	517
3.2.1.26.1. inabilitação para cargo em comissão	517
3.2.1.26.2. declaração de inidoneidade de empresa	519
3.2.1.26.3. multa	522
3.2.1.26.3.1. classificação	522
3.2.1.26.3.2. dos requisitos para aplicação da multa	524
3.2.1.26.3.2.1. ilegalidade de ato	524
3.2.1.26.3.2.2. despesa ou irregularidade de contas	524
3.2.1.26.3.2.3. previsão em lei	524
3.2.1.26.3.2.4. limite máximo	525
3.2.1.26.3.2.5. ampla defesa e contraditório	525
3.2.1.26.3.2.6. multa e prescrição	525
3.2.1.26.3.3. multa e desvio de finalidade	526
3.2.1.26.3.4. multa - fato gerador <i>sub judice</i>	527
3.2.1.26.3.5. multa e dano sem locupletamento	528
3.2.1.26.3.6. omissão no dever de prestar contas	529

3.2.1.26.3.7. falecimento do responsável	529
3.2.1.26.3.8. efeitos do pagamento da multa	530
3.2.1.26.3.9. pagamento com recursos públicos	532
3.2.1.26.3.10. multa e cumulação de penas	532
3.2.1.26.3.11. recolhimento prévio ao recurso	533
3.2.1.26.3.12. cessação do ato irregular	534
3.2.1.26.4.responsabilidade solidária	534
3.2.1.27.parecer prévio	535
3.2.1.28.pensão	535
3.2.1.28.1.beneficiário	536
3.2.1.28.2.devolução de parcela	537
3.2.1.29.publicidade e propaganda	538
3.2.1.30.recursos para fiscais - controle.....	539
3.2.1.30.1.contribuições das entidades de classe	539
3.2.1.30.2.royalties de petróleo	541
3.2.1.31.receita.....	544
3.2.1.32.representação por irregularidade ou abuso	550
3.2.1.32.1.responsabilidade fiscal.....	551
3.2.1.33.sigilo fiscal e bancário.....	551
3.2.1.33.1.sigilo fiscal.....	552
3.2.1.33.1.1.hierarquia constitucional do CTN e o conflito com leis ordinárias	554
3.2.1.33.2.sigilo bancário.....	557
3.2.1.33.2.1.sigilo bancário e direito de defesa	560
3.2.1.33.2.2.os direitos fundamentais e o sigilo fiscal	561
3.2.1.33.2.3.sigilo como decorrência do direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas	563
3.2.1.33.2.4.inviolabilidade das comunicações de dados e telefônicas	563
3.2.1.33.2.5.outros direitos fundamentais	564
3.2.1.34.sustação de contratos.....	568
3.2.1.34.1.peculiaridades do contrato de gestão.....	577
3.2.1.34.2.contratos típicos de direito privado	578
3.2.1.34.3.danos decorrentes de contratos	580
3.2.2. competência em razão do valor.....	580
3.2.3. competência em razão da pessoa	581
3.2.3.1. empresas estatais	585
3.2.3.2. entidades de classe	585
3.2.3.3. entidades de previdência privada fechada	588

3.2.3.4. entidades privadas que gerem recursos públicos.....	589
3.2.3.5. entidades que gerem recursos de convênios.....	590
3.2.3.6. entidades privadas do sistema “S”	592
3.2.3.7. desestatização ou reprivatização	593
3.2.3.8. particular sem vínculo com a administração	595
3.2.3.9. organizações sociais	597
3.2.3.10. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.....	599
3.2.3.11. presidentes de tribunal.....	600
3.2.3.12. intervenção de terceiros	602
3.2.3.12.1. da assistência.....	602
3.2.3.12.2. embargos de terceiro	604
3.2.3.13. sociedade sem controle acionário do Estado.....	605
3.2.4. competência funcional.....	606
3.2.4.1. princípios da recorribilidade.....	608
3.2.4.2. pressupostos gerais de recorribilidade	609
3.2.4.2.1. recorribilidade do ato decisório.....	610
3.2.4.2.2. da tempestividade do recurso.....	612
3.2.4.2.3. da suspensão e da interrupção dos prazos	612
3.2.4.2.4. da adequação do recurso.....	613
3.2.4.2.5. legitimidade da parte	615
3.2.4.2.5.1. recurso de terceiro	617
3.2.4.2.5.1.1. recurso de empresa em processo de licitação.....	618
3.2.4.2.5.1.2. recurso após anulação de licitação	619
3.2.4.2.5.2. recurso do Ministério Público.....	620
3.2.4.2.5.3. recurso interposto por advogado	621
3.2.4.2.5.3.1. ausência de procuração	621
3.2.4.2.5.4. recurso de órgãos públicos	622
3.2.4.2.6. a questão do duplo grau de jurisdição.....	623
3.2.4.2.7. a questão da <i>reformatio in pejus</i>	625
3.2.4.2.8. da coisa julgada administrativa	626
3.2.4.2.9. os efeitos do recurso	629
3.2.4.2.10. dos recursos em espécie.....	632
3.2.4.2.10.1. do recurso de reconsideração	632
3.2.4.2.10.2. do recurso de embargos de declaração	634
3.2.4.2.10.3. do recurso de revisão.....	637
3.2.4.2.10.4. do pedido de reexame	643
3.2.4.2.10.5. agravo.....	645

3.2.5. competência em razão do território.....	646
3.2.5.1. a divisão de competência.....	647
3.2.5.2. a descentralização do controle	649
3.2.5.2.1. conflito entre Tribunais de Contas	651
3.2.5.3. recursos repassados às demais esferas de governo	654
3.2.5.3.1. convênios entre unidades federadas	658
3.2.5.3.2. recursos de fundos federais.....	669
3.2.5.3.3. recursos do FNAS.....	670
3.2.5.3.4. recursos do FGTS.....	672
3.2.5.3.5. recursos do FPE, FPM e FUNDEFE.....	673
3.2.5.3.6. universidades e fundações autônomas.....	675
CAPÍTULO IV - DEFESA NOS TRIBUNAIS DE CONTAS	677
4.1. dos princípios da jurisdição aplicáveis.....	678
4.1.1. princípio da legalidade	678
4.1.2. princípio da segurança jurídica.....	679
4.1.3. princípio do juiz natural.....	686
4.1.3.1. distribuição aleatória de processos.....	686
4.1.3.2. designação do relator.....	686
4.1.3.3. impedimento e suspeição	687
4.1.3.4. aplicação ao Ministério Público	693
4.1.4. princípio do devido processo legal.....	694
4.1.4.1. encaminhamento de documentos	697
4.1.4.2. relação com outros princípios.....	698
4.1.5. princípio do contraditório e da ampla defesa	698
4.1.5.1. garantias decorrentes.....	699
4.1.5.1.1. garantia de informação.....	699
4.1.5.1.2. garantia de manifestação.....	704
4.1.5.1.3. garantia de ver suas razões consideradas.....	705
4.1.5.2. aplicação aos sujeitos à jurisdição	705
4.1.5.3. aplicação aos terceiros interessados	706
4.1.5.4. aplicação na Tomada de Contas Especial.....	709
4.1.6. o princípio da eventualidade	711
4.2. alegações de defesa - exceções e sua aplicação	712
4.3. defesas processuais - peremptórias	713

4.3.1. coisa julgada	713
4.3.2. incompetência da Corte de Contas para o julgamento	716
4.4. defesas processuais - dilatórias	719
4.4.1. irregularidade da citação	719
4.4.1.1. citação e audiência	719
4.4.1.2. da forma	721
4.4.1.3. das peculiaridades da citação	724
4.4.1.4. do tempo	726
4.4.1.5. dos requisitos de validade	727
4.4.1.6. citação na fase interna dos processos de Tomada de Contas Especial	731
4.4.2. impedimento e suspeição	733
4.4.3. irregularidades na pauta	733
4.5. defesas de mérito - exceções substanciais	735
4.5.1. regularidade da conduta	736
4.5.1.1. exclusão da ilicitude da conduta	736
4.5.1.2. responsabilidade subjetiva	737
4.5.2. quitação	738
4.5.3. outras alegações de defesas	738
4.5.3.1. na omissão do dever de prestar contas	739
4.5.3.1.1. ausência de prova de repasse e decurso de tempo	739
4.5.3.1.2. execução da despesa em mais de um mandato ou gestor	739
4.5.3.1.3. contas já prestadas - prova com protocolo	740
4.5.3.1.4. omissão e improbidade	740
4.5.3.2. ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	741
4.5.3.3. ausência de comprovação da irregularidade e cerceamento de defesa	742
4.5.3.4. falhas estruturais	745
4.5.3.5. força maior e caso fortuito	749
4.5.3.6. decurso de tempo	750
4.5.3.7. falecimento do responsável	752
4.5.3.8. boa-fé	753
4.5.3.8.1. acumulação de cargos	755
4.5.3.8.2. denunciante de boa-fé	755
4.6. inacumulação de penalidades	756
4.7. prescrição da penalidade	757

4.7.1. prescrição antes do julgamento	757
4.7.2. prescrição após o julgamento.....	758
4.7.3. prescrição intercorrente.....	758
4.7.4. responsabilização do causador da prescrição.....	759
4.7.5. prazos prescricionais.....	760
4.8. revelia.....	761
4.9. jus postulandi.....	764
4.10. revelia e defensor dativo.....	766
4.11. assistência de defensor	767
4.12. forma.....	768
4.13. questões correlatas.....	771
CAPÍTULO V - ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	773
5.1. breve histórico	773
5.2. estrutura.....	777
5.2.1. estruturação sistêmica	777
5.2.2. criação dos Tribunais de Contas do Brasil	781
5.2.3. TCU paradigma para as unidades da federação	788
5.3. prestação de contas.....	791
5.4. composição	792
5.4.1. Ministros e Conselheiros.....	792
5.4.1.1. requisitos.....	794
5.4.1.2. critérios	799
5.4.1.3. proporcionalidade nos demais Tribunais de Contas.....	805
5.4.1.4. situação peculiar dos novos Estados	812
5.4.1.5. vinculação das vagas	815
5.4.1.6. ordem de preenchimento das vagas.....	818
5.4.2. Ministros-substitutos e Conselheiros-substitutos.....	818
5.4.3. servidores.....	821
5.4.4. Ministério Público.....	825
5.4.4.1. breve histórico	825
5.4.4.2. distinção do Ministério Público comum.....	828
5.5. da representação judicial do Tribunal de Contas.....	842
5.5.1. regra geral.....	843

5.5.2. o Tribunal como autoridade coatora em ações de Mandado de segurança.....	843
5.5.3. ações de defesa institucional.....	845
5.5.4. ações em conflito com o ente a que se vinculam.....	846
5.5.5. ações para execução de suas próprias decisões.....	847
5.5.6. ações de cobrança de multa.....	848
5.6. agentes de controle.....	848
5.6.1. direitos e prerrogativas.....	849
5.6.1.1. dos Ministros e Conselheiros.....	849
5.6.1.2. dos Ministros e Conselheiros-substitutos.....	858
5.6.1.3. dos Procuradores do Ministério Público.....	858
5.6.1.4. servidores.....	859
5.6.1.5. da Corregedoria.....	863
5.6.2. deveres e restrições.....	864
5.6.2.1. deveres.....	865
5.6.2.2. restrições.....	867
5.6.2.2.1. restrições constitucionais.....	867
5.6.2.2.2. restrições principiológicas.....	869
5.6.2.2.2.1. à imposição de obrigações.....	869
5.6.2.2.2.2. pertinente à preservação da unidade de doutrina.....	871
5.6.2.2.2.3. à ocupação de cargos e funções.....	872
5.6.2.2.2.4. à divulgação de informações.....	873
5.6.3. defesa judicial dos agentes públicos.....	877
5.7. ética e controle.....	879
5.7.1. os valores tutelados pelo controle.....	882
5.7.1.1. legitimidade.....	884
5.7.1.2. economicidade.....	885
5.7.1.3. probidade administrativa e moralidade.....	887
5.7.1.4. agentes de controle.....	888
5.7.2. ética no julgamento pelo controle.....	889
5.7.3. exemplo e ação pedagógica do controle.....	889
ÍNDICE REMISSIVO.....	895